



Anais da Assembleia

Nº 34

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 46.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1976

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Mauricio Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Leopoldo Jacomel.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Del Ciel (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 02/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Agudos do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 13/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Capitão Leônidas Marques, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução 16/76 e 22/76.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 47.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1976.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Del Ciel (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, requer, após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do ilustre Senhor DINARTE NADER, ocorrido em trágico acidente na Rodovia PR-151, próximo à cidade de Castro.

O extinto era progressivo comerciante da cidade de Castro e pessoa de muito bom relacionamento pessoal, deixando com o seu passamento uma lacuna dentro daquela comunidade e a todos quanto o conheciam e estimavam.

A Rodovia PR-251, a exemplo da Rodovia do Café, também está se convertendo num verdadeiro matadouro, sei-

fando a vida de inúmeros amigos, como a do ilustre cidadão Dinarte Nader.

Outrossim, requer que se dê conhecimento deste à família enlutada, residente à rua Comendador Inácio, 169, Castro-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. GEORGES LAHAN, ocorrido em data de 24 do corrente, na cidade de Joaquim Távora, onde o extinto era comerciante e industrial, possuindo vasto círculo de amizades, mercê dos longos anos de vivência naquele município.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, uma vez aprovado o presente, se dê ciência à família do extinto, por intermédio da viúva Sra. Leonor Calil Lahan, residente na supra cidade.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são concedidas, requer após ouvido o Plenário, se registre em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo doloroso falecimento da Senhora MARIA MARGARIDA ZAGONEL SLAVIEIRO, ocorrido às 23,45 horas de ontem, em Curitiba.

O falecimento da extinta Senhora, repercutiu dolorosamente a todos, deixando assim, com seu passamento uma triste lacuna.

Dona Rita, como era carinhosamente conhecida, era pessoa de grande relacionamento pessoal e estimada por muitos.

Requer outrossim, que após ouvido o Plenário, seja dado conhecimento do mesmo à família enlutada, residente em Curitiba.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, na pessoa do seu presidente, doutor Roberto Marinho, e à Televisão Paranaense, Canal 12, na pessoa de seu diretor, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, pelo retorno da transmissão da programação da Rede Globo pela TV-Paranaense, Canal 12.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à direção das duas empresas.

A importância do evento merece destaque nesta Casa, uma vez que a Televisão Paranaense, Canal 12, foi a pioneira, no País, a transmitir os programas da Rede Globo, quando do início da formação da grande Rede de emissoras que hoje constitui o esquema Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário,

seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pela passagem nesta data do 30.º aniversário da instalação da comarca de Pirai do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer, na forma regimental, a inserção em Ata de voto de regozijo pela recondução do Professor MILTON MIRÓ VERNALHA, ao cargo de Diretor do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

O ilustre professor MILTON MIRÓ VERNALHA, de tradicional família de Paranaguá, além da proeficiência que revelou na Direção do Setor de Ciências Biológicas, pelo que foi reconduzido, é ainda autor de diversas obras especializadas, entre as quais deve ser referido o estudo sobre "Pragas e Doenças dos Cafeeiros do Paraná", que constitui, leitura obrigatória de todos quantos se preocupam com o assunto.

Foi realmente sábia a decisão do Ministro Ney Braga de escolher, na lista sextupla, o nome do Professor Milton Miró Vernalha, que teve, assim, reconhecidos os seus indiscutíveis méritos e inextinguível capacidade de trabalho.

O fato é, também, motivo de orgulho para Paranaguá, que, assiste engrandecida, como tem sido uma constante em sua história, a vitória e o brilhantismo de um de seus mais diletos filhos.

Requer-se, outrossim, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Professor MILTON MIRÓ VERNALHA, ao Exmo. Ministro Ney Braga, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal e à família do homenageado, na pessoa da senhora sua mãe D. ANITÁ VERNALHA, residente em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura, no sentido a ser estudada a viabilidade de criação e instalação de um Curso Supletivo de 1.º Grau na cidade de Palmeira, tendo em vista aspiração de muitos jovens que ali vivem e pela sua idade sentem a necessidade de escolaridade de curta duração.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja dirigido ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, o seguinte apelo:

Considerando a necessidade da prática de esporte, pelas crianças, jovens e mesmo adultos, e falta de praças de esportes públicos, considerando que a prática de esportes individuais em pontos pré determinados levam os desportistas à formação de equipes e que por associação se levanta o espírito humano e o comunitário e que, essas improvisadas praças de esportes darão à Curitiba uma feição mais colorida e alegre, apela ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba para que no uso de suas atribuições, determine ao órgão competente, o estudo necessário à concretização do apelo ora feito.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Paulo Camargo.

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, ofício no sentido de que sejam feitos estudos a fim de se proceder a instalação de energia elétrica no distrito de SANTO REI, do município de NOVA CANTU da comarca de UBIRATÃ.

O motivo de tal solicitação prende-se ao fato de ser SANTO REI grande núcleo populacional e está o seu povo a vários anos exigindo tal benefício.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Edilson Alencar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Oriundo de Mensagem governamental, tramita nesta Casa Projeto de Lei sob n.º 30/76, que estabelece níveis de vencimentos para os membros da Magistratura, Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

A iniciativa do Poder Executivo busca com a medida estabelecer condições condizentes com as altas funções aludidas, as quais têm as mais amplas repercussões na vida social.

Entendendo esse objetivo, o projeto de lei mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que a par de lhe reconhecer a legalidade e a constitucionalidade, entendeu de lhe conferir também o mérito de que vem revestido.

Todavia, já a própria Comissão de Constituição e Justiça, tanto no parecer como nos debates, antecipando-se na questão, encontrou, lamentavelmente, discrepância de tratamento entre a Magistratura e o Ministério Público.

É desnecessário que se trace aqui a importância de ambos, o relevo social da atuação de Juizes e Promotores.

Equivalem-se as funções em nível e responsabilidade.

Como de um e de outro se requer as mesmas condições de cultura, de saber, de probidade, de dignidade, a ambos se impõe, da mesma forma, comuns impedimentos.

Ocorre que o projeto objetivando fixar novos vencimentos, o fez de maneira discricionária, desnivelando o tratamento, propondo vencimentos inferiores ao Ministério Público do Estado.

Ao lado de ser antiga e justa reivindicação dos membros do Ministério Público, o tratamento igualitário com a Magistratura consubstancia tese que propugna o reconhecimento de idêntico status às duas carreiras.

Entretanto, pela proposta original se procura manter a disparidade, contemplando-se vencimentos desuniformizados a Juizes e Promotores de mesmo nível e igual entrância, a ponto de fixar para o Procurador de Justiça - momento pinacular - na carreira do Ministério Público - a mesma remuneração de Juiz de Entrância Final.

Necessário é reconhecer que a pretendida equiparação de vencimentos não deverá trazer grandes dispêndios por ser relativamente pequena a diferença proposta pelo texto original, o que leva a argumentar que a pretensão não se fixa tão só nos valores financeiros, mas sim e fundamentalmente no reconhecimento da necessidade de se estabelecer idênticas condições, sob todos os aspectos.

Poder-se-ia objetar a pretendida equiparação de vencimentos com o Estatuto do Ministério Público que impõe em seu texto um escalonamento de valores, através de percentuais ali fixados, em uma clara e direta vinculação com a Magistratura. Todavia, se conhece a existência de ante-projeto de novo Estatuto - já em mãos do Governo - que além de reformar e aprimorar o texto vigente, extirpa o citado escalamento, fazendo desaparecer a vinculação, até porque elabora em flagrante ilegalidade.

Assim compreendendo a Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, esposou a tese de tratamento igualitário, quando:

a) — aprovando o parecer do relator, fez coletiva a sua posição, externando que "Não se entende, por isso, o tratamento dispensado pelo projeto ao Ministério Público, que fica, de certa forma, subalternizado no que respeita à remuneração proposta. Dever-se-ia, até em reconhecimento de sua nobilitante função, equiparar o Ministério Público ao Juiz, para efeito de remuneração, objetivando promover a indispensável equivalência em cada entrância, entre Magistrado Adjunto e o Promotor Substituto e, finalmente, de Procurador de Justiça com Juiz do Tribunal de Alçada."

b) — Discutindo emenda que formaliza a materialização da igualdade, ajustando idênticos vencimentos para Juiz Adjunto e Promotor Substituto, nivelando o Procurador de Justiça com o Juiz do Tribunal de Alçada, entendeu de não pré deliberar sobre a iniciativa modificada, optando por acolher a idéia preliminar de se sugerir ao autor da matéria - o Governador do Estado - que procedesse, por sua iniciativa, a um aditamento do projeto que conferisse a igualdade de tratamento.

Sendo assim, mantendo o entendimento manifestado, e buscando alargá-lo com o prestigioso pronunciamento desta Casa, o Deputado que este subscreve, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com a urgência que o tempo exige, sugestão no sentido de que, entendendo válida a tese de igual tratamento à Magistratura e ao Ministério Público, adote providências a fim de materializá-la, utilizando a oportunidade da tramitação dessa matéria para deliberação do Poder Legislativo, aditando o Projeto de Lei n.º 30/76.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Enéas Faria.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 39/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste (SACRO), com sede em Cruzeiro do Oeste:

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste foi fundada em 1969, com a finalidade precípua de filantropia, incentivo às atividades locais, sobretudo indústria e pecuária, promovendo por todos os meios a cidade.

Os benefícios que daí advêm para a comunidade são inegáveis, repercutindo não só materialmente através esforços comuns com fins de desenvolvimento, como também no congracamento cívico-espiritual de seus membros.

Justo por tudo isto e por preencher as condições exigidas pela lei que se lhe outorgue a utilidade pública.

Esperamos contar com o apoio de nossos pares a esta iniciativa.

Projeto de Lei n.º 40/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a "ESCOLA ESTADUAL DE EQUITACÃO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Paulo Camargo.

JUSTIFICATIVA:

Os Estatutos da Escola Estadual de Equitação, e a documentação que anexamos ao presente, esclarecem as suas reais finalidades, bem como comporvam estarem preenchidos todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Incluimos, também, a detalhada exposição de motivos preparada pela Preferência da Escola, que melhor exemplifica e fundamenta as linhas ordenadoras deste exemplar estabelecimento de nosso Estado.

Com isso, temos certeza que o pretente projeto de lei contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei n.º 41/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública, possui personalidade jurídica própria, estando regularmente registrada no 2.º Ofício de Registros de Títulos e Documentos, desta Capital.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços à comunidade congregada no Instituto Nossa Senhora das Mercês, visando acima de tudo, a aproximação mais íntima entre Educandos, Pais e Professores para mútuo aperfeiçoamento, visando a formação dos educandos como seres úteis e produtivos da sociedade.

Daf o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É de se lamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a infelicidade e inoportunidade dos termos do pronunciamento do Sr. Ministro do Interior, Rangel Reis, como portavoz de S. Exa., o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, na oportunidade em que se encerrava a VII Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas.

Infelicidade, porque no seu pronunciamento, ficou ali marcado o espírito impregnado da prepotência que tanto enfeia e constrange a Nação.

Inoportunidade, pela sua inadequação, eis que naquele magno conclave se propunham os representantes do povo ao debate dos grandes temas de interesse nacional, distanciados de ressentimentos políticos, mas voltados, antes de tudo, com espírito sadio, para a unidade nacional.

São pronunciamentos como esses, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vêm causando um mal estar entre os homens que não se afinam na maneira de pensar e, de um e de outro lado recorrem às expressões verbais e aos conceitos que um e outro também não quer aceitar.

Se é verdade por vezes a Oposição usa de um tratamento severo para com a Situação e até com certa aspereza, menos verdade é de que, em muitas e muitas vezes a isso é compelida e o faz por necessário, como resposta no jogo democrático.

O MDB é claro no seu programa, pois ali consagra a vocação democrática do povo brasileiro.

E assim, tem falado através os seus representantes, enfatizando sempre, que a volta que deseja, é do País ao estado de direito, compatível com a dignidade de um povo civilizado.

E a propósito, gostaríamos de lembrar as palavras do grande Rui Barbosa, quando falava à juventude paulista:

"Por mais que os sucessos nos elevem, nos comícios, no fôro, no parlamento, na administração, aprendemos a considerar no poder um instrumento de defesa comum, a agradecer nas oposições as válvulas essenciais de segurança da ordem a sentir no conflito dos antagonismos descobertos a melhor garantia da nossa moralidade. Não chamemos jamais de inimigos da pátria aos nossos contendores. Não averbemos jamais de traidores à pátria os nossos adversários mais irredutíveis."

Aí está a sábia lição do grande conselheiro que o Brasil conheceu.

E há de entender o Governo, como há de entender o Partido da Situação que o MDB tem prestado relevantes serviços ao País, não só no que diz respeito a garantia de ordem, mas, notadamente, motivando e inspirando reformas reclamadas pelo interesse nacional, o que não pode ser confundido, como não raro o fazem aqueles que estão dormentes e agastados, porque despertados, com demagogia e subversão.

Proseguiremos na nossa caminhada, não nos importando os qualificativos, porque a história haverá de registrar:

Os homens do MDB estremeceram a pátria, não fugiram à luta, tombaram, e não perderam o ideal."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná tristemente sente a morte de um dos troncos maiores da família paranaense, família essa que iniciou seus passos na cidade de Irati, transferindo-se depois para Ponta Grossa e posteriormente para esta Capital.

Refiro-me à Da. Maria Margarida Zagonel Slavieiro que foi e será sempre o exemplo da mãe paranaense e brasileira.

Teve a felicidade de uma prole de filhos das mais dignas e honestas deste Paraná e deste Brasil.

Foi, juntamente com o seu falecido esposo, a mão carinhosa, dedicada e principalmente mantenedora da honestidade, da educação, da desenvoltura e da qualificação de seus filhos.

Foi do fruto desta família que nasceu a este Paraná e a este Brasil, o exemplo madeireiro nacional, exemplo do grupo Slavieiro, que muito contribuiu para o desenvolvimento não só do Paraná, mas de todo o território nacional.

Juntou-se a esta família, através dos seus genros, através das suas noras, o complemento da verdadeira família brasileira e, neste complemento é que Ponta-Grossa teve a felicidade de ter um dos seus filhos, o Dr. Plauto Miró Magalhães, a fazer parte desta honesta família do território paranaense.

É com pesar que indicamos à Mesa, para os trabalhos de hoje, um voto, na qualidade de representante da nossa cidade que, juntamente com todos os Srs. Deputados haverá de ser referendado por este plenário, para que esta Casa se associasse às manifestações já recebidas por aquela família, da cidade de Irati, de Ponta-Grossa e da Capital e que fosse esta Casa, portadora do voto de pesar, em termos paranaenses.

O segundo assunto que nos traz, Sr. Presidente e Srs.

Deputados, à tribuna, é para lermos uma nota inserida em A VOZ DO PARANÁ, que consta dos seguintes termos: (lê)

"A partir desta segunda-feira, dia 26, quem quiser assistir o Jornal Nacional ou a novela Pecado Capital, terá que girar o seletor de canais de seu aparelho, para a Televisão Paranaense Canal 12; quem preferir filmes, deverá sintonizar a TV Iguaçu Canal 4, que, durante muitos anos manteve os mais altos índices de audiência com a programação da Rede Globo. Simples mudança técnica? Não.

Este foi o desfecho de mais um capítulo da história política do Paraná, talvez o mais emocionante de todos.

Tudo começou quando, unidos, os Governos Federal e Estadual decidiram romper claramente com o ex-Governador Paulo Cruz Pimentel, utilizando-se, para apagá-lo do cenário político, de várias modalidades de pressão; uma delas, foi promover o enfraquecimento dos veículos de comunicação pertencentes a Pimentel através dos quais, se dizia, ele ajudava a Oposição; mediante o corte de verbas publicitárias e das subvenções oficiais; além disso, desenvolveram-se esforços para retirar das TV Iguaçu e Tibagi de Apucarana, a imagem da poderosa Rede Globo, o que finalmente está ocorrendo."

Esta matéria leva o título, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de "A Política Troca de Canais".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos nesta tribuna para nos parabenizar com a nossa ilustre bancada da ARENA, e do MDB, pelo sucesso de nossos representantes no Congresso de Assembléias do Brasil, em Belo Horizonte e em Ouro Preto.

Lá, tivemos notícias por intermédio da imprensa escrita, falada e televisionada, do sucesso dos parlamentares paranaenses em suas teses aprovadas naquele Congresso.

Orgulhamo-nos de pertencer a esta equipe de legisladores, que foram a Belo Horizonte representar o Paraná, naquele conclave.

Os nossos parabéns, e a nossa admiração. Queremos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres componentes da imprensa do nosso querido Paraná, dizer mais uma vez, de público, alto e bom som, que acompanhamos, no dia de sábado passado, S. Exa. o Sr. Governador, que foi taxado como Governador do Interior, Jayme Canet Júnior, em Piraí do Sul, nas comemorações de sua data natalícia, onde foi aplaudido por elementos da ARENA, inclusive elementos do MDB, representado pelo nosso ilustre companheiro Deputado Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa.

E ficamos satisfeitos, quando vemos das duas greis, acompanhando as festividades e acompanhando o dinâmico Governador.

Em Piraí do Sul, S. Exa. e sua comitiva, composta por dinâmicos e ilustres Secretários, percorreu a nossa estrada, a estrada Parigot de Souza, de automóvel, de Piraí à Santo Antônio da Platina.

E S. Exa. o Governador do Estado e sua comitiva percorreu toda a extensão daquela estrada.

E qual foi a nossa surpresa ao chegarmos em Santo Antônio da Platina, e vermos uma multidão composta de elementos de todas as camadas sociais, e principalmente de elementos humildes que esperam de seus mandatários que cumpram com a sua obrigação, indo ao encontro e às aspirações daquele povo.

Lá no palanque, na Feira de Santo Antônio da Platina, na quarta-feira, a Agro-Industrial de Santo Antônio da Platina e do Norte Pioneiro, S. Exa. disse de suas obras; assinou con-

vênio com quatro Prefeituras, dando telefone e um outro canal para as Prefeituras de Guapirama, Santana do Itararé, Santo Antônio do Paraíso e Curiuva.

Comprometendo-se também de dar a extensão para o distrito de Figueira, a cidade carbonífera do Paraná.

Lá, S. Exa. disse do breve asfaltamento da estrada de Joaquim Távora, Carlópolis e Passos dos Leites; disse também, do asfaltamento da estrada de Santo Antônio da Platina, a Estação da Platina, para dar sustentáculo ao graneleiro daquela cooperativa na cidade pujante da região-polo, que é Santo Antônio da Platina, e disse também, ter assinado convênio para o asfaltamento da estrada de Santo Antônio da Platina-Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima e São Sebastião da Amoreira.

Ora vejam, Sr. Presidente, se não é com euforia que aquele homem do interior, que surpreendeu até os nossos arenistas com o seu dinamismo, com o seu tirocínio administrativo e com humildade, ao abraçar, ao levar ao povo aquilo que a nossa região tem necessidade mais premente.

No dia seguinte, depois de permanecer em Santo Antônio da Platina, S. Exa. dirigiu-se a Jacarezinho, indo inaugurar diversas obras e, inclusive, assinar convênio autorizando o asfaltamento da estrada Jacarezinho-Cambará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - A Presidência comunica ao nobre Deputado que resta apenas mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado.

S. Exa. o Sr. Governador, também autorizou o asfaltamento da estrada Jacarezinho-Ribeirão Claro.

E S. Exa. disse a todos os paranaenses de boa vontade: "vamos trabalhar pelo Paraná, por sua gente".

Muito obrigado, Santo Antônio da Platina...

Muito obrigado, Sr. Governador Jayme Canet Júnior...

Muito obrigado, Norte Pioneiro...

Muito obrigado, Presidente Paulo Camargo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Lendo): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que deva, na condição de um dos representantes de Londrina nesta Casa Legislativa, justificar hoje algumas das razões do indiscutível crescimento da boa imagem do Governo Estadual no município que tenho a honra de representar.

E preferi, Srs. Deputados, focalizar apenas uma das áreas que tem merecido excelente atendimento do atual Governo, por ver na educação uma das mais importantes áreas em que pode investir um Governo.

Londrina neste primeiro ano de Governo já pode sentir extraordinários benefícios nesse campo.

Recentemente o próprio Governador esteve naquela cidade para inaugurar duas magníficas obras no campo educacional, ao entregar aos moradores dos Jardins Santa Rita e Leonor - moderna unidade de ensino, na mesma ocasião em que também inaugurava outro magnífico prédio escolar no Jardim Bandeirantes.

Já no início do mês de maio, mais dois prédios escolares estarão sendo entregues à população londrinense.

Belíssima unidade polo no Jardim Leonor e um novo e moderno grupo escolar na Vila Brasil, substituindo ao antigo casarão onde vem funcionando o Grupo Escolar Newton Guimarães.

Quando da entrega de mais essas duas unidades escolares, já deverá estar sendo julgada a concorrência para a construção de outra moderna escola - com 2 mil metros quadra-

dos de área construída — para atender os moradores da Vila Nova, substituindo também o velho prédio de madeira do Grupo Escolar Nilo Peçanha.

Mas a série de obras na área educacional não fica apenas aí.

A construção da nova ala administrativa do Colégio Vicente Rijo, com edital de concorrência já publicado e as novas dependências do Instituto de Educação de Londrina, são resultados do interesse que o Governo tem demonstrado pela capital do café.

No setor de reformas, atualmente estão sendo recuperados os prédios do Ginásio Antonio Moraes de Barros, do Grupo Escolar Hugo Simas e do Colégio Marcelino Champagnat, com verbas que quase chegam à casa de um milhão de cruzeiros.

É Londrina merecendo todas as atenções do Governador Jayme Canet Junior.

E agora, Srs. Deputados, mesmo com essa gama extraordinária de obras estaduais em Londrina — no setor educacional, conseguimos que Londrina pudesse ser bem contemplada no plano do FAS, pela indiscutível argumentação do crescimento da cidade, onde muitos bairros estão a requerer mais escolas e mais atendimento na área educacional.

E o Governo Jayme Canet mais uma vez se faz sensível e fez constar da programação de obras do FAS nada menos que 5 novas unidades escolares para serem construídas em Londrina ainda nesta primeira etapa.

Assim, na Planta Valdemar Hauer, no Jardim Paraíso, na Vila das Indústrias, no Jardim Aeroporto e no Jardim Itamaraty, o Governo do Paraná fará construir 5 modernos estabelecimentos de ensino com um total de 46 novas salas de aulas.

Este histórico é uma prova eloqüente do grande número de obras que fazem Londrina ser grata ao atual Governo.

É a prova patente e indelével do trabalho.

É a razão para que em nome do povo de Londrina, viéssemos ocupar esta tribuna para transmitir ao Governo a gratidão do nosso povo, não por promessa, mas por obras já inauguradas, obras por serem inauguradas e obras por serem iniciadas.

Que sirva esta justificativa, Srs. Deputados, para explicar por que o nome do Jayme Canet Junior significa hoje para Londrina a certeza da grandeza deste Estado".

Disse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra, para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prenuncia-se a fatalidade, a perseguição à medida que se aproxima as eleições municipais, aliás, esta perseguição é o tipo de perseguição política há longo tempo exercida — através do cassetismo e mantida pela poderosa ala do Governo. Ela tem campeado, tem violentado e tem desrespeitado a própria pessoa humana, principalmente na minha região do norte pioneiro.

No ano passado, diversas vezes, denunciei aqui a perseguição que se fazia a Norisval Mendes Ferreira, funcionário com mais de 18 anos de atividades na Secretaria de Saúde do Estado.

Chegaram mesmo a transferir Norisval da sede de trabalho, onde permaneceu durante 16 anos, para um outro posto de atendimento a 100 quilômetros de distância, simplesmente porque Norisval Mendes Ferreira entendeu que deveria atravessar para o outro lado da ponte, que deveria deixar o Partido do Governo e ingressar no MDB.

Norisval, como dissemos naquela oportunidade, como funcionário consciente de sua responsabilidade, digno, operoso e obediente, acatou as determinações emanadas de sua Secretaria. Acatou as determinações, mesmo violentas, e foi cumprir o dever determinado pela sua chefia.

Por um período de três meses foi arrebatado, por semanas

inteiras, do convívio de sua família porque o vencimento que recebe e que recebia não dava para transportá-lo de sua cidade à cidade onde deveria prestar seus serviços.

A esposa de Norisval Mendes Ferreira também é funcionária da Saúde e, estes dias, ela, que permaneceu no posto porque Norisval conseguiu sair do cativeiro alcançando uma licença-prêmio a que tinha direito, pelo menos por uns tempos, a esposa recebeu uma ordem para que desse divulgação total em Ribeirão do Pinhal que, no período de 24 a 25 deste mês, seria aplicada, naquela localidade, a vacina Sabin. E a ordem, cujo ofício lerei dentro de instantes, era que levasse a proclamar aos 4 ventos da comunidade, para que ninguém ficasse sem se vacinar. Norisval sentindo que era um trabalho de rapidez exigida sentindo que sua esposa não reuniria condições para dar provimento à ordem emana pelo Chefe Regional de Saúde, sediado em Jacarezinho, propôs-se a ajudar sua esposa, em levar os panfletos para a fixação nos locais de maior presença pública.

Porisso mesmo Norisval, na tarde do dia 22 deste mês, foi chamado à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, por um dos assessores daquele Prefeito que não soube se conduzir, Dr. Carlito Thomé que, segundo sua narrativa — carta que lerei dentro de instantes — Norisval, ao chegar ao gabinete do Prefeito, foi encerrado através de chave dentro deste gabinete e ali foi maltratado, onde diziam-se palavras dos piores que possam existir partidos do Prefeito e seus dois assessores, advogados inclusive, concluindo, diziam que ele deveria se colocar em seu lugar, porque a campanha da vacina Sabin era uma campanha exclusiva da ARENA, e ele como MDB, não poderia participar.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são milhares de crianças que, ao toque do clarim da salvação, de uma bandeira política que se esfaca a todo instante, vão-se aos braços das mães, nas filas, para receber a gota política denominada Sabin. E, se alguém do MDB pretender prestar ajuda mesmo que gratuita, eles são mandados a dizer que a campanha é da ARENA, é do Governo, que o MDB não pode dela participar.

Então nós estamos observando e mais observações foram feitas por nós nestes últimos dias, quando S. Exa. o Governador do Estado do Paraná visitou minha região, o Norte Velho esquecido, e nós sentimos que, apesar da inteligência, apesar da capacidade de locução do ilustre Governador, foi muito infeliz em todos seus pronunciamentos porque, ao invés de S. Exa. ter levado a demonstração de um plano de trabalho àquele povo trabalhador de minha região, que é o Norte Velho do Paraná, levou um glosário de divulgação de empréstimos de bilhões e bilhões de cruzeiros, assustando aquele povo. Porque aquele povo, na sua humildade, aprendeu a entender desde cedo, que o empréstimo que faz o Governo, é a imposição para que o povo pague juros e correção monetária.

Então S. Exa. que na minha região não inaugurou nada; que na minha região não foi participar de nenhum feito seu. Que na minha região apenas foi para dar uma estrada que se iniciou há quatro governos passados, e ainda não está terminada, há sete anos.

Na minha região, que é a região pioneira deste Paraná, que há cem anos reclamava aquela estrada; S. Exa. não levou ao seu povo nenhum favor, não levou nenhuma mensagem, se não a mensagem do individualismo, perigoso e pernicioso ao Paraná, que as gerações paranaenses haverão de pagar, como eles estão pagando, com os tributos aumentados de ano para ano, de exercício para exercício, com a violência da pobreza que se prolifera em todas as áreas da atividade humana.

Admiro o Governador do Estado do Paraná, pela sua capacidade, pela qualidade acima de tudo, de aspecto humilde.

Fiquei sumamente nervoso, estremeado de ver, de sentir, que o Governo de meu Estado, na primeira visita que fez à minha região, tivesse levado uma mensagem tão vazia, tão irreal, com referência aos acontecimentos administrativos.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado.

V. Exa. Deputado Lúcio Machado, nosso amigo, nós o admiramos e pedimos mais uma vez vênha, o problema da vacina Sabin, é o nobre Secretário Arnaldo Busato quem está levando para todo o Paraná, por intermédio das Prefeituras, dos seus assessores, sendo um deles o nosso companheiro que, faz parte de um esquema da Secretaria de Saúde, nós o admiramos e até nos causa espécie, esta atitude do Prefeito de Ribeirão do Pinhal se assim forma, não cabe culpa a S. Exa. o Sr. Secretário. Porque foi uma atitude isolada e fora da órbita dos negócios de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, de sua equipe de trabalho, que querem levar ao Paraná aquela vacina, que não pertence à ARENA, nem ao MDB e muito menos ao Governo, pertence àquelas crianças inocentes que não podem e não devem ser alvos de política, nem de uma facção e nem de outra.

Neste ponto, estou solidário com V. Exa. Se o Prefeito procura fazer como funcionário do Estado, como também quer cooperar com S. Exa. o Sr. Secretário.

Mas quero discordar de V. Exa., com o problema do Governo Canet Junior. Quando ele vai à nossa região, dizer que fez empréstimos para lá construir estradas, é para dar ao Norte Pioneiro, sofrido, sua redenção. E eu faço uma pergunta a V. Exa., um homem vivido em executivo, um homem tarimbado, qual seria o caminho de um governo, se não fosse carrear empréstimos externos, para aplicar em benefício de nossas estradas. Qual seria a solução, é ter tirocínio para trazer um crédito para aplicar em estradas, ou dizer ao povo que por insuficiência, o governo não pode instalar estradas, porque não tem crédito nacional ou internacional. Eu quero dizer a V. Exa. e me parabenizar neste instante, com o dinâmico Jayme Canet Junior, e com sua equipe de Secretários que, graças a Deus, conseguiu um crédito para o Paraná.

Crédito este, que muitos Estados integram, crédito este que está implantando estradas em todo o norte pioneiro. S. Exa. disse a verdade para Santo Antonio da Platina. Disse a verdade, sem demagogia, sem mentiras, para seu povo de Santo Antonio da Platina, para o nosso povo do Norte Pioneiro. E essas estradas estão sendo implantadas graças aos empréstimos externos.

O Sr. Governador não foi mentir para o povo, foi dizer a verdade. O serviço de telefonia, naquela região, deve-se aos empréstimos externos, 80 por cento. A nós isto não interessa, porque o Estado do Paraná vai pagar. O que interessa é que o Governador vá à sua cidade e diga a verdade ao povo.

Pior seria, nobre Deputado, se o Governador fosse a Santo Antonio da Platina e dissesse que estava fazendo todas essas obras com recursos próprios. Isso seria uma mentira deslavada.

A verdade é que muitos querem destruir este Estado.

É preferível estarmos devendo, mas termos estradas. É preferível o Paraná estar devendo mas estarmos andando tranquilamente em estradas asfaltadas, no Norte Pioneiro. Isso é preferível ao que estarmos, em dias chuvosos, parados em estradas não asfaltadas.

É preferível ainda, o Paraná estar devendo e termos uma Secretaria de Saúde atuante, do que termos que ir à Capital paulista levar nossos doentes, para serem socorridos.

Então, é preferível termos tudo isso e ficarmos devendo, do que ficarmos à mercê de todas essas necessidades.

S. Exa. disse a verdade, fez empréstimos que serão saldados por este grande Estado que, hoje, está sendo dirigido por este grande Governador, Jayme Canet Junior.

Desculpe-me, nobre Deputado, por estar apartando desta maneira. Mas, V. Exa. não devia atacar o Governador que está asfaltando estradas, que está assinando convênios, que está fazendo vacinações.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. poderia ser mais breve em seu aparte?

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa., nobre Deputado Lúcio

Machado, peca e tem que se redimir perante sua consciência, perante Deus e perante seu eleitorado.

Porque Jayme Canet Junior é o melhor Governador que o Paraná teve nestes últimos anos. É o Governador que ficará na História do Paraná.

Nobre Deputado, como queria V. Exa. que o Governador fizesse estradas sem empréstimos?

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, V. Exa. é quem peca, quando, em seu aparte, diz que qualifiquei o Governador de mentiroso. Porque não dissemos isso em nenhuma oportunidade. Dissemos apenas que S. Exa. o Sr. Governador omitiu a verdade. Dissemos apenas que S. Exa. foi infeliz na mensagem que levou ao Norte Pioneiro, a mensagem fatídica do endividamento do Estado; a mensagem fatídica do comprometimento do povo; a mensagem fatídica do aumento das cargas tributárias que, evidentemente, ocorreram com o passar dos tempos para pagamento dessas dívidas.

S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná deveria ter levado mensagem de redenção, mensagem de fé, mensagem de esperança, mensagem de confiança daquele povo que já não confia mais em seus representantes porque omitiram suas necessidades, por muitos e muitos anos, principalmente neste Parlamento.

S. Exa. nobre Deputado Gabriel Manoel, disse que a perseguição que se faz a Norisval Mendes Ferreira não emana do Secretário de Estado, Dr. Arnaldo Busato. Aqui na narrativa, daquele funcionário exemplar está esclarecido que tudo foi feito, que tudo foi efetuado por ordem do Sr. Nelson Jorge que é o Chefe do Sr. Secretário de Saúde; Isto prova que os expedientes usados para a perseguição parte de quem tem força, parte do próprio Governo, parte do Secretário que V. Exa. defende.

Cria V. Exa. que não é só Norisval Mendes Ferreira que atravessou a ponte. São milhares de paranaenses que atravessaram a ponte, são milhares de paranaenses que irão atravessar a ponte, são milhares de paranaenses que estão deixando a ARENA e vêm ao MDB porque os paranaenses, os brasileiros com sua sensibilidade, não aceitam maldade, não admitem a perseguição, a perseguição que é, sem dúvida alguma, a maior falta de respeito ao direito humano.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — logo concederei.

É lamentável que tudo isto aconteça, é lamentável que o desespero tenha tomado o barco da ARENA antes mesmo de iniciar a viagem. Não sabemos o que poderá acontecer nesta caminhada, quando temos certeza que 60 por cento dos municípios paranaenses haverão de eleger Prefeitos e Vereadores de nossa bandeira.

Não sabemos e como haveremos de proceder para tolerar tantas perseguições que poderão surgir. Antes de dar o sinal de partida, já estamos sentindo a manifestação e o amedrontamento do forte partido do Governo.

O que fazem com Norisval Mendes Ferreira, no prazo de quase um ano e meio, está aqui sua carta, escrita e assinada de próprio punho, a qual irei ler mais adiante, é o retrospecto da indecência, da falta de respeito à pessoa humana, da falta de respeito ao funcionário público que é a peça necessária para o funcionamento da máquina administrativa e diretiva de um Estado.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Dentro de alguns minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, o negócio é o seguinte: Se alguém está levando chumbo, talvez seja o Partido do eminente e ilustre Deputado Lúcio Machado. Este Sr. Norisval . . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta não é uma questão de ordem, Sr. Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou tratando, Sr. Presidente, do problema do Sr. Norisval e talvez V. Exa. não tenha notado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O nobre Deputado pediu a palavra pela ordem e esta Presidência aguarda a questão de ordem que V. Exa. queira levantar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Perfeitamente. Queremos levantar a questão de ordem, Sr. Presidente, o ilustre Deputado Lúcio Machado acusa o Governo . . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sr. Deputado, V. Exa. está com a palavra para falar, pela ordem. A Presidência aguarda a questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Por questão de ordem não admitimos que se misture alhos com bugalhos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sr. Deputado, bugalhos não é questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queremos dizer ao ilustre orador que ataca veemente o Governo . . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica que a palavra está com o Deputado Lúcio Machado, e pede ao Deputado Gabriel Manoel que se contenha.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

Analisando a improcedência da afirmação do Deputado arenista Gabriel Manoel, de que os empréstimos são vantajosos mesmo sendo volumosos, lembramos aqui de uma coluna recentemente divulgada em um dos jornais de grande circulação deste País, a coluna de Aliomar Balleiro que fazia a seguinte observação: O Brasil de hoje, através do carnaval de empréstimos que se faz a todos os países economicamente desenvolvidos do mundo, se transforma em um prédio muito grande onde existe o poder fiscal, onde existe o síndico, o síndico e o poder fiscal é que são brigados a pagar o peso e o volume da consequência dos valores das moradias, e além disso, dos valores asseverados das subidas constantes desses mesmos valores. Os empréstimos são como o veneno — ao sentir, ao ver, ao perceber, sentimos até sua cor maravilhosa mas depois, quando teremos que experimentar o seu sabor, certamente camingaremos talvez a passos largos, mais para a morte. O que está acontecendo no Paraná e no Brasil, é, sem dúvida alguma, o estabelecimento de uma caminhada fatídica do povo brasileiro, para dívidas enormes, que haverá de pagar talvez, com a miséria de sua própria família.

Não somos contra a construção de nada, somos sim, pelo desenvolvimento, somos pela construção de estradas, nós somos pela construção de escolas, pelo Governo que constrói; apenas somos contra este carnaval de empréstimos, e muito mais, contra a propalação de Governo que se exubera em dizer que emprestou dólares deste, daquele e de outros países, milhares e milhares de dólares, que o povo terá que pagar, porque na realidade, nobre Deputado, o Governo empresta, mas quem é obrigado a pagar é o povo.

Voltando ao assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que levou se não me engano o quarto capítulo caracterizado de perseguição, ao funcionário Norisval Mendes Ferreira, da cidade de Ribeirão do Pinhal, só porque ele saiu da ARENA e passou ao MDB, passo a ler sua carta, sua narrativa, na conformidade de suas palavras, e que conclui com sua assinatura, que retrospectiva

a acontecimento que estou desta tribuna denunciando.

A esposa de Norisval Mendes Ferreira, Dona Iracema de Andrade Ferreira, Atendente da Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal recebeu um ofício firmado pelo Dr. José Fontes de Noronha, Chefe do Departamento de Saúde Regional do Norte Pioneiro, nos seguintes termos, e em 9 de abril do corrente ano: (lê):

“Senhora:

Cumpre-nos informar a V. S, que, por determinação secretarial, e obedecendo a um cronograma elaborado pela divisão técnica de nossa Secretaria para ser cumprido por todas as Unidades Sanitárias do Estado do Paraná, será feita, nos próximos dias 24 e 25 de abril, vacinação contra a poliomielite, de toda nossa população infantil dentro da faixa etária determinada.

Assim sendo, solicito as suas necessárias providências junto às autoridades locais, civis, militares e religiosas, dos clubes de serviço às entidades assistenciais e às abnegadas professoras que, sempre nos deram uma colaboração valiosa e decisiva para que seja feita a propaganda da vacinação Sabin, conscientizando a nossa população para a importância, para a necessidade inadiável da vacinação, que é a maneira mais eficiente de se evitar a paralisia infantil.

Na certeza de sua eficiente e imprescindível colaboração, aproveito o ensejo para enviar-lhe as minhas cordiais saudações — As. José Pontes de Noronha”.

Dona Iracema, como o Exmo. Sr. Prefeito Municipal daquela localidade, sobre o ofício recebido, pediu-me providências do Sr. Prefeito do Ribeirão do Pinhal, para que fosse promovido o conhecimento de todos, fosse dado a conhecimento da comunidade inteira, que nos dias previstos, seriam aplicadas as vacinas naquela comunidade. No entanto, o Prefeito Municipal que se prende a fazer política partidária, abandonando suas obrigações de administrador, que se prende a fazer perseguições aos homens que integram nossa bandeira, a bandeira do MDB. Ao invés de dirigir o município que foi consignado, através do voto e espontâneo do povo pinhalense, este Prefeito que já por diversas vezes, foi denunciado inclusive, por malversação do dinheiro público, ao invés de dar o apoio, ao pedido de dona Iracema, fez questão de usar o braço. Dona Iracema sentiu que a ordem deveria ser executada.

Pediu ao esposo que fosse aos quatro cantos do município, levando os cartazes propagandísticos da vacina; levando anúncios dos dias em que a vacina seria aplicada no território municipal, porisso mesmo o Sr. Norisval Mendes Ferreira, foi chamado, fechado no gabinete do Prefeito, e tratado e violentado por aquele mau político e por aquele mau administrador.

Tem o aparte o Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, quando V. Exa. faz a propaganda da vacina Sabin hoje, ainda conversando com o Secretário que esteve visitando o meu município, precisamente o município de Borrazópolis, nós pudemos então verificar que o número esperado de crianças para vacina, não era tão grande como se esperava.

E hoje, argumentando com o Secretário, ele disse: Quando vou a um canal de televisão pedir para fazer uma divulgação, me taxam de demagogo, achando que estou fazendo política e propaganda. É preciso que se faça uma grande divulgação, que peçam a colaboração dos Prefeitos, Vereadores, todos e de toda a comunidade, o que eu tenho feito sempre é isso, comparecido à televisão, desta vez, portanto, não houve tempo.

Em Apucarana, não foi possível fazer a divulgação pela Tibagi, e o que está acontecendo, comparece um número pequeno, em prejuízo da comunidade dos municípios.

Então, o Secretário quando faz esta divulgação, é na boa intenção, na intenção que compareça o maior número possível

para beneficiar as crianças de cada município, e para atender o maior número possível. Porque é sempre prejudicial quando não há uma boa divulgação porque de um lado eles perdem o interesse.

E é pois o motivo que o Secretário vem de dar maior divulgação possível. E desta vez não foi tão boa como se esperava, era preciso ser feito mais divulgação ainda.

O SR. LÚCIO MACHADO — Tenho a impressão, de que V. Exa.

nobre Deputado, não está acompanhando a minha narrativa desde o início. Uso a tribuna não para contrariar a vacina, que está sendo aplicada às crianças dos municípios, nem muito menos para criticar a divulgação deste trabalho. Estou apenas denunciando, e uso como justificativa o fato. O carnaval que se tem feito em torno deste objetivo, inclusive para perseguirem politicamente, os homens de nossas áreas, os homens do MDB.

Pediria a V. Exa. que desse, por gentileza, a atenção à carta que vamos ler, em que revela perfeitamente, a denúncia que estamos fazendo. (Lê):

“Ribeirão do Pinhal, 15 de Abril de 1976.

Amigo Deputado Benedito Lúcio Machado.

Com a presente cumpre-me informar que em data de hoje fui chamado na Prefeitura Municipal pelo Sr. Dr. Carlito Thomé da Silva, Assessor Jurídico daquela Prefeitura, os quais me convidaram a entrar na sala do Sr. Prefeito, onde fecharam a porta com a chave, ficando presente o Sr. Prefeito Municipal, Dr. Gildo Barbosa da Silva, (secretário), onde o Dr. Carlito me agrediu com palavras dizendo que eu estava me intrometendo na Campanha contra a Paralisia Infantil, que será realizada nos próximos dias 24 e 25 deste mês, dizendo ainda que essa vacinação quem tem que fazer somos nós da ARENA e não vocês do MDB, disse-me ainda que já havia telefonado para Curitiba e falado com o Dr. Nelson Jorge, que aqui em Ribeirão do Pinhal, o Sr. Ibaity está fazendo política nessa vacinação e que o Dr. Nelson Jorge respondeu a ele que agora nós estamos em plena política e que guerra é guerra, precisamos liquidar de uma vez por todas essa praga que é o MDB. e dizendo ainda que o Dr. Nelson autorizou o mesmo comandar a Campanha de Vacinação junto com o Prefeito e o Dr. Gildo, podendo portanto, fazer tudo o que for necessário, inclusive usar da política”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para analisar o tópico, enquanto o estardalhaço da televisão, do rádio, dos cartazes caríssimos, anunciam o beneplácito de um atendimento dos maus humanos que leva uma gotinha salvadora às crianças que serão os homens do futuro deste País, os mandantes e mandatários de hoje, servem-se desse operoso trabalho para fazer, para subjugar políticos, política desses mesmos mandatos.

É um fato que retrata a vergonha do próprio Governo; é um fato que retrata a vergonha do próprio Paraná; é um fato que retrata a vergonha do próprio povo brasileiro.

Se soubéssemos respeitar a finalidade sublime da vacinação Sabin, jamais faríamos desse trabalho milagroso o fato da campanha política, tão indecente, tão vergonhosa, para os bríos da própria gente do Paraná.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. e queria fazer alguns reparos, porque tenho certeza que o Sr. Secretário de Saúde se interessa pela vacinação.

E só isso deveria ser motivo, deveria se constituir em razão para V. Exa. ocupar a tribuna. V. Exa., ao invés de tecer críticas ao Sr. Secretário de Saúde, deveria tecer elogios ao Secretário Arnaldo Busato, que vem desempenhando tão bem suas funções, especialmente quando da época das várias vacinações, da vacinação Sabin ou outra qualquer.

Estive presente, nobre Deputado, num município onde o Prefeito é do MDB, e vou citar o nome: Guarapuava. E o Prefeito Nivaldo Kruger foi quem fez e montou todo o esquema da vacinação. Só ele falou, só ele disse, e só o que ele disse é que valeu. O Sr. Secretário Arnaldo Busato, junto comigo, acatou e realizou ali a vacinação em massa, toda ela coordenada pelo Prefeito Nivaldo Kruger, do MDB, com todo o prestígio do Secretário de Saúde.

V. Exa., também, há de convir que não somente os municípios que têm Prefeitos eleitos pela ARENA e o Governo do Estado, que também é da ARENA, é que elevaram os seus impostos.

O Município de Guarapuava, que chamo de testemunha ocular o Deputado Trajano Bastos, elevou, em certos casos, o imposto territorial urbano e predial até 300 a 400 por cento. Este é o caso de Maringá, que tem como Prefeito representante do MDB, é o caso de Londrina, cujo Prefeito é, também, do MDB. Portanto, quase que as principais cidades do Estado do Paraná são governadas e dirigidas por Prefeitos do MDB, tiveram seus impostos majorados até 300 ou 400 por cento.

Não há dúvida que esta é a única maneira de sobreviver, de um Prefeito ter condições de fazer alguma coisa para com sua gente, para o seu povo. V. Exa. sabe isto melhor do que eu, como Prefeito que foi, Guarapuava vinha cobrando seus impostos à base de, mais ou menos, dez anos atrás, sem uma única alta. Era preciso que esses impostos fossem atualizados e o foram. Evidentemente que houve a grita, que houve a reclamação. Mas é evidente que aquele Prefeito do qual sou particular amigo, melhorou em muito sua administração e conseguiu com isso trazer uma outra imagem ao povo daquela região, ao povo de Guarapuava.

Portanto, Deputado Lúcio Machado, admiro-me de seu pronunciamento porque V. Exa. é um Deputado coerente e o será sempre. Admiro-me que V. Exa. venha criticar principalmente quando se fala de vacinação, porque temos filhos e nossos filhos é que precisam e como V. Exa., disse os filhos é que serão o futuro do País de amanhã.

V. Exa., tenho certeza, de ora em diante, haverá de apreçoar dessa tribuna incentivo ao Dr. Arnaldo Busato. Pode haver falhas, que não duvido, porque todo o ser humano tem o direito de errar. Espero que sua crítica seja, de agora em diante, construtiva, benéfica para que nossa campanha da vacinação Sabin seja mais eficiente e mais efetiva. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eminentíssimo Deputado Jurandir Messias, V. Exa. não entendeu ou pretendeu distorcer os fatos na oportunidade do aparte.

Nós gostaríamos de estar aqui nesta tribuna tributando homenagens a S. Exa., ao Sr. Secretário de Saúde, principalmente na oportunidade em que se promove a vacinação em todo o território paranaense contra a terrível enfermidade chamada Paralisia Infantil.

O que nós estamos criticando eminente Deputado, é a falta de coerência dessa Secretaria em permitir que se faça uso desse veículo extraordinário, esse veículo de salvação das crianças paranaenses, para os interesses políticos do Partido do Governo, interesses comesinhos e muitas vezes muito mal exercidos, por elementos que vêm denegrindo por muito tempo, a Aliança Renovadora Nacional. O que o Prefeito de Ribeirão do Pinhal vem fazendo, o procedimento daquele homem que foi eleito pela bandeira política do Governo, é um procedimento que só pode denegrir e mais o estatuto político da ARENA, porque foge ele à decência, foge ele à dignidade, foge ele ao respeito à pessoa humana, que é o mais importante procedimento do homem público. Este Prefeito pedia, inclusive, que se demitisse Norisval Mendes Ferreira da função e, se ele não foi demitido, foi porque tem um currículo funcional intocável, tem 18 anos de trabalhos prestados ao Estado quase que graciosamente,

porque ainda hoje, depois de 18 anos, Norisval recebe menos de 1 mil cruzeiros por mês. E veja bem, emunente Deputado, no segundo tópico da correspondência que Norisval me encaminhou, diz ele. (lê):

"Senhor Deputado.

No dia 19 deste mês estivemos na Chefia do 19º Distrito Sanitário atendendo um chamamento do Dr. José Fontes de Noronha, Chefe daquele Distrito, para solicitar de minha esposa e também me pedindo tofs a colaboração para fazer uma vacinação em massa, dizendo ele ainda que contava com minha colaboração, mesmo sabendo que estou de licença-prêmio mas, que ele tem a certeza que eu vou fazer como sempre, nas campanhas anteriores, uma vacinação satisfatória, me entregando (diz Norisval) todas as propagandas e folhetos para a divulgação da campanha, pedindo ainda para que eu, no dia seguinte, afixasse aqueles folhetos em todas as casas comerciais e também na área rural, pedindo também para minha esposa fazer um ofício a todas as autoridades do município e para entidades que prestam serviços assistenciais, estabelecimentos de ensino, igrejas e aos Srs. inspetores de corporação do município, o qual com grande satisfação foi atendido, o pedido do Dr. Noronha. E, como funcionário que ocupou meu lugar (diz ele), aqui no Posto de Saúde não se encontrava nesta cidade por motivo de o mesmo ter comprado um clube de jogos carteados na cidade de Cornélio Procópio e lá o referido funcionário permanece a semana inteira, e não dando presença na unidade sanitária há mais de 90 dias, então, como não tinha um funcionário capaz de desenvolver tal missão e como eu além de ser um funcionário com mais de 18 anos de serviços prestados ao Estado, comprometi-me de fazer a divulgação, em afixar os cartazes, em número superior a 1.500. E como também não era justo permitir que minha esposa se vagasse (diz ele) pelo território do município através da região rural para fazer esta espécie de trabalho".

Vejam bem a dignidade, a honradez, o decoro e a fidelidade funcional deste funcionário, de Norisval Mendes Ferreira que, mesmo de licença-prêmio, mesmo a licença merecida por longos anos de trabalho, deixou o seu descanso, e foi fazer a propaganda, levar a propaganda, dar conhecimento ao povo que nos dias 24 e 25 a Secretaria de Saúde estaria naquele município vacinando as crianças contra a poliomielite. Veja bem, eminente Deputado Jurandir Messias, um serviço relevante e prestado como sempre prestou nestes 18 anos, porque um funcionário que permaneceu 18 anos no Estado, e atualmente recebe um vencimento de 800 mensais, ele presta serviços relevantes há 18 anos, este homem teve que pagar caro por ter procedido desta forma. Por ter dignificado mais uma vez em aceitar e acatar o chamamento de sua Secretaria, e ir fazer pessoalmente a divulgação do acontecimento maravilhoso, da vacinação às crianças de Ribeirão do Pinhal. Este funcionário foi fechado no gabinete do Prefeito, foi maltratado, foi retratado, foi achincalhado pelo prefeito e seus assessores. E diz aqui na sua carta, que inclusive um dos assessores disse que era preciso acabar com essa praga do MDB.

Se o MDB é uma praga, é a praga que revigora a força da verdade; se o MDB é uma praga é a praga que representa a esperança e a redenção deste País. Se o MDB é uma praga é uma praga que denuncia no Parlamento erros como esse. Já concedo o aparte ao Deputado Jurandir Messias. Af, nobre, inteligente e eminente Deputado Jurandir Messias, para que V. Exa. analise que nós não vimos à tribuna para denunciar o fato da aplicação do remédio contra a paralisia infantil. Nos vimos denunciar a ação maléfica, de homens públicos, integrantes do Partido de V. Exa. que ao invés de honrar e dignificar o partido do Governo, desonra-o a todo instante, através de ato malsinado como este.

Daf, nobre Deputado, nós não poderíamos deixar de vir a esta tribuna, para fazer esta denúncia, porque ela tem para nós

como tem para o Paraná, relevante e importante, o respeito à pessoa humana, que é o fato mais importante da existência terrestre.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término de sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Deixarei de ler, devido o espaço de tempo que é exíguo, que me sobra. Peço perdão a V. Exa. por não poder, nesta oportunidade, conceder o aparte a mim solicitado. Concluindo, quero dizer a V. Exa., Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tantas quantas vezes exerçam perseguições na área que me honro em representar o povo, em nome do meu Partido, em nome do MDB, aqui estarei usando da atribuição que me foi conferida através do voto livre das urnas de 1974, para denunciar esses acontecimentos. E que me perdoem, os ilustres, dignos e honrados representantes da ARENA, se eu faço denúncias desta natureza, não faço no sentido de deprimir V. Exas., que tão bem honram e dignificam o seu Partido. Eu o faço apenas no sentido de advertir que se unam no sentido de coibir abusos de homens como o Prefeito de Ribeirão do Pinhal, cuja cultura política prejudica o próprio Partido que ostenta, falta-lhe dignidade, falta-lhe acima de tudo, o respeito humano que é o mais importante da face da terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**— Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 18/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 06/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Atalaia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 19/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 08/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Borrazópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 20/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 09/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria da Administração com o Município de Cafeara, objetivando execução de reparos nos prédios onde funciona a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 21/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 11/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzdzinski, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 23/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 18/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Florestópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas, e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Florestópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição 18/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Florestópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da aprovação da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 163/75, de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, Sociedade Civil de Fins Beneficentes,

com sede em Porto Alegre. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 163/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, sociedade civil de fins beneficentes, com sede em Porto Alegre.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) **HÉLIO MANFRINATO**

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de encaminhar a esta Casa de Leis o Projeto de utilidade pública ao Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, sociedade de fins beneficentes, já em franca atividade em nosso Estado, tendo sua sede em Porto Alegre, conforme se constata essa justificativa pela documentação apresentada do dossier anexo.

A Entidade tem na sua direção e representação pessoas capazes, honestas e com alto propósito de bem estar social, que, em boa hora, vem de atingir direto às necessidades vitais do laborioso servidor municipal e até mesmo os servidores do Estado.

De todos os planos previdenciários, da entidade participa a Federal de Seguros S/A, sociedade de economia mista, jurisdicionada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com controle acionário, dentre os quais, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), tendo como principais acionistas o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto do Açúcar e do Alcool, CIBRAZEM, INCRA, etc. O Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, conta com milhares de servidores municipais e estaduais no seu quadro associativo. O Plano de Benefícios oferecido pela entidade através do sistema de repartição de risco e renda, distribuídos em categorias e classes, em favor do servidor, ou seja renda mensal vitalícia, pensão mensal temporária, pecúlio resgate, pecúlio final, pecúlio por morte natural, pecúlio invalidez permanente, pecúlio por morte acidental, seguro em garantia de educação, bem como o plano de benefícios complementares que são auxílio hospitalar operatório, auxílio técnico profissional, auxílio para tratamento médico, auxílio desemprego, auxílio funeral, assim como destacando-se o plano de benefícios sob a categoria Executivo, é que nos autoriza louvar o mérito desta entidade previdenciária, que vem trazer o amparo necessário à classe menos privilegiada que são os laboriosos servidores municipais do Brasil, os quais jamais tiveram amparo de um órgão assistencial que os assegurasse e os amparasse efetivamente.

Os Servidores Municipais são indivíduos, que no anonimato, são molas mestras das principais células administrativas que, com raízes, dão o sustentáculo à Nação e o soerguimento de uma Pátria forte que se agiganta no concerto do mundo. Esses homens, à maioria, à mercê do salário mínimo, com dificuldades e sacrifícios que enfrentam seus problemas perante o grupo social e administrativo em seu município, à eles carecia uma cobertura mais estável e eficaz para atender os problemas seus e de seus familiares. Eles, como a exemplo do servidor do Estado, em quase sua totalidade, não tendo aceitação nas redes bancárias, mesmo na maior emergência, sempre ficaram sem sua proteção, não tendo outro meio e recurso a não ser socorrer a empréstimos extra-oficiais, que acarretam o desperdício patri-

monial, o descrédito, o desespero, quicá — sob abominação de alguns, cujas condições os levam ao infortúnio diante das necessidades prementes. O Servidor Municipal, funcionário simples e humilde, impedido de outro meio empregatício, vivendo somente do seu ganho da Prefeitura, ali se restringe, ali obedece, ali se devota, ali passa sua existência da qual depende os seus familiares. Na falta do chefe de família, quer por morte acidental ou natural e, mesmo por invalidez permanente, carecia aos seus dependentes — uma garantia pecuniária e educacional.

Assim, considerando que o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil é a única entidade de previdência privada que para pagar a aposentadoria em 10 ou 15 anos instituiu uma provisão para correção de capital aplicado, de que resulta o reajustamento tanto das contribuições como dos benefícios de dois em dois anos, bem como salientando que o seu plano de benefícios suprem as necessidades atuais dos servidores municipais, sentimos que esta Entidade está cumprindo um alto dever social.

Em suma, por reconhecer a indiscutível necessidade do servidor municipal e a maneira benemérita e corajosa do Montepio dos Servidores Municipais do Brasil que veio atingir os reclamos dessa classe valorosa, para consecução de mais racional e rápida justiça social e previdenciária, eis as razões pelas quais esperamos o apoio de nossos nobres pares para o Projeto em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 163/75.

De autoria do Deputado Hélio Manfrinato, o presente projeto de lei pretende autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, Sociedade Civil de Fins Beneficentes, com sede em Porto Alegre.

Do exame dos documentos que instruem o projeto ora em exame, se infere que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria, para que tal aconteça.

Nestas condições, o parecer é favorável para que a matéria prossiga o procedimento regimental pertinente.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Dácio Leonel — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 06/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 26/76, encaminhando anteprojeto de Lei, que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 172, da Lei nº 6174, de 16/11/70, aos proventos dos servidores do Estado em futuras aposentadorias. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CRH, com Substitutivo Geral. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

Projeto de Lei nº 06/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Será incorporada aos proventos dos funcionários civis do Estado, em futuras aposentadorias, a gratificação de que trata o item II, do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º — A incorporação estabelecida no artigo 1º, será procedida desde que o funcionário conte, ou venha a contar, com três (3) anos ininterruptos ou cinco (5) anos — alternados de prestação de serviços extraordinários.

Parágrafo único — O cálculo para a incorporação será feito na base de 33,33 por cento, sobre os vencimentos do cargo que o funcionário estiver exercendo na data da aposentadoria, observado o disposto no item III, do artigo 140, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3º — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de que trata o

item III, do artigo 172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias, desde que o funcionário conte com três (3) anos ininterruptos ou cinco (5) anos alternados no mesmo regime.

Parágrafo único — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três anos.

Art. 4º — A incorporação de que trata a presente lei não se aplica a funcionários em regime de acumulação de cargos.

Art. 5º — A condição de exercício estabelecida por esta lei, será comprovada através de certidão expedida pelo órgão competente da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Art. 6º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1976.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 06/76

Substitutivo Geral

Art. 1º — Será incorporada aos proventos dos funcionários civis do Estado, em futuras aposentadorias, a gratificação de que trata o item II, do artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º — A incorporação estabelecida no artigo 1º, será procedida desde que o funcionário conte, ou venha a contar, com três (3) anos ininterruptos ou cinco (5) anos alternados de prestação de serviços extraordinários.

Parágrafo único — Para efeito da incorporação, servirá de base de cálculo, a média obtida dos 12 (doze) meses de maiores percentuais pagos ao funcionário durante o período aquisitivo do direito, a qual incidirá sobre o valor dos vencimentos e adicionais do cargo que estiver exercendo na data da aposentadoria, ou, se for o caso, sobre o valor dos proventos assegurados pelo inciso III, do artigo 140, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3º — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de que trata o item III do artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias, desde que o funcionário conte com três (3) anos ininterruptos ou cinco (5) anos alternados no mesmo regime.

Parágrafo único — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos trinta e seis (36) meses em que o funcionário prestou serviços sob esse regime.

Art. 4º — A incorporação de que trata a presente Lei não se aplica aos funcionários do Estado em regime de acumulação de cargos, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 5º — A condição de exercício estabelecida por esta Lei, será comprovada através de certidão expedida pelo órgão competente.

Art. 6º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Dácio Leonel — relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 06/76

A medida proposta pelo Governo do Estado, aos servidores públicos, é justa, trazendo grande benefício à classe visto que poderão se aposentar sem prejuízo na remuneração que percebiam na atividade.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe ser analisado por esta Comissão, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, trata-se de mera autorização legislativa.

Parecer favorável ao projeto e substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Quêlso Crisóstomo — presidente
Gabriel Manoel — relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parêcer ao Projeto de Lei nº 06/76

Alto é o significado do Plano de Lei ora submetido a esta Comissão, e grande será a conquista do funcionalismo do Estado após o advento do mesmo como Lei, pois a medida aqui proposta beneficiará o funcionalismo que vier a completar tempo necessário para aposentadoria podendo requerê-la sem sofrer redução de remuneração, pois em seus proventos de inatividade serão incorporados a gratificação por prestação de serviços extraordinários, serviços de tempo integral e dedicação exclusiva.

O referido plano de Lei em última instância beneficiará a própria Administração Estadual, pois beneficiando com uma aposentadoria mais desceute seus antigos funcionários que já deram muito de si para o atual progresso de nosso Estado, trará sangue novo, gente jovem e apta para enfrentar esse mesmo surto de progresso e inovação que atravessa o País e o Estado do Paraná.

Visão extraordinária tem tido o Poder Executivo com planos de Lei deste, não só pelo cunho social do mesmo ao vir de encontro com as aspirações de toda uma classe, como das chances que dará aos nossos jovens para um ingresso mais desceute e com futuro mais promissor na função pública.

Outrossim, o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Justiça desta Casa, virá dar melhor forma jurídica ao texto da Lei, aparando arestas, completando-a num todo com feixo de ouro.

Assim sendo, somos pois favorável ao projeto de Lei na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(a) Jurandir Messias — presidente e relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o projeto de Lei nº 30/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Margarida Zagonel Slaviero. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dinarte Nader, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Georges Lahan, ocorrido na cidade de Joaquim Távora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30º aniversário de instalação da comarca de Piraí do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela recondução do Professor Milton Miró Vernalha ao cargo de Diretor do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam bloqueados os trechos de ruas, em vários bairros da cidade, aos sábados, domingos e feriados, e destinados à prática de desportos individuais e coletivos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alen-

car, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, no sentido de que seja estudada a viabilidade, a fim de se proceder à instalação de energia elétrica no distrito de Santo Rei, município de Nova Cantu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão e à Televisão Paranaense, Canal 12, pelo retorno da transmissão da programação da Rede Globo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de ser estudada a viabilidade de criação e instalação de um Curso Supletivo de 1º Grau na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, entendendo válida a tese de igual tratamento à Magistratura e ao Ministério Público, adote providências a fim de materializá-la, utilizando a oportunidade da tramitação dessa matéria para deliberação do Poder Legislativo, aditando o Projeto de Lei nº 30/76.

A Mesa comunica ao nobre Deputado que já foi encaminhado ao Governador do Estado essa sugestão, que nos foi encaminhada pelo Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, tenho ciência que a Presidência tomou atitude, dando guarida a posição da Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, o requerimento, ao seu final, procura alargar o pretendido. Por este motivo é que convoco o Plenário para deliberar.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, foi aprovado requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni pedindo regime de urgência para o projeto que trata dos vencimentos da magistratura. Requerimento no mesmo teor, de nossa autoria, já foi aprovado por esta Casa. Faço este reparo somente para conhecimento do plenário e da Casa. O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — **Perfeito.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 19/76, 20/76, 21/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 23/76, e de Lei nºs 163/75, 6/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 24/76, 25/76, 26/76 e de Lei nº 30/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

Decreto Legislativo nº 181/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nºs 12767/75, de 15 de dezembro de 1975 e 1333/76, de 27 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELZA CARNEIRO CAMARGO, matrícula 448, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974, que deixou de gozar;

II — retificar o Decreto Legislativo nº 12, de 17 de janeiro de 1968, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, de dois (02) anos e onze (11) meses, compreendido entre 13 de junho de 1943, e 13 de maio de 1946, em que prestou serviço à Prefeitura Municipal de Reserva, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

III — retificar o item V, do Decreto Legislativo nº 731/73, de 29 de outubro de 1973, para declarar que o adicional concedido pelo mesmo, é a partir de 27 de fevereiro de 1971, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais e não como consta naquele ato;

IV — retificar o item III, do Decreto Legislativo nº 309/74, de 04 de junho de 1974, para declarar que o adicional de mais cinco por cento, concedido pelo mesmo, é a partir de 11 de janeiro de 1972, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, e não como consta naquele ato;

V — retificar o Decreto Legislativo nº 227/75, de 23 de abril de 1975, para declarar que o adicional de mais cinco por cento concedido pelo mesmo, é a partir de 11 de novembro de 1972, data em que, em razão das férias relativas ao ano de 1971, contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, e não como consta naquele ato;

VI — conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 11 de setembro de 1973, data em que, em razão das férias relativas ao ano de 1972, contadas em dobro, completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total

de vinte por cento;

VII — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo dispositivo legal, a partir de 10 de janeiro de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, e das férias relativas ao ano de 1973, contadas em dobro, completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 182/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 775/76, de 04 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a NOIR PACHECO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "22", do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 482, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 13 de setembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário